

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	10
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	49
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	53
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	54
10.5 - Políticas contábeis críticas	56
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	58
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	59
10.8 - Plano de Negócios	60
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar no atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se formalizadas em uma "*Norma de Procedimento*" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos, a qual analisa o risco de forma consolidada, vez que a Companhia em si não está suscetível a variação.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos descritos no item 4.1 são percebidas, considerando:

- Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.
- Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.
- Histórico de exceções: Percepção / ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.
- Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.1 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Não aplicável tendo em vista que a Companhia ainda não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.1 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.1 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da Companhia.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) *Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos*

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se formalizadas em uma "Norma de Procedimento" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos, a qual analisa o risco de forma consolidada, vez que a Companhia em si, não está suscetível a variação.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos de mercado descritos no item 4.2 acima são percebidas, considerando:

- Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.
- Risco de Mercado: As perdas financeiras advindas dos riscos associados às perdas de uma eventual remuneração não adequada aos investimentos realizados, de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas, além dos riscos advindos do desequilíbrio entre a oferta e demanda e os associados aos custos de geração e transmissão. A avaliação e controle deste risco são pilares das decisões estratégicas da organização. As principais ferramentas de controle de riscos de mercado sobre as quais são aplicados limites operacionais são a análise de sensibilidade, valor em risco e testes de estresse através de cenários.
- Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.
- Histórico de exceções: Percepção / ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.
- Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

As áreas Financeira, Regulatória e Jurídica atuam em conjunto reportando à Diretoria e o Conselho de Administração as ações que visam mitigar os riscos existentes. A área de auditoria interna realiza trabalhos periódicos, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, através de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos. O gerenciamento dos riscos da Emissora é realizado através de estratégias conservadoras, visando liquidez, segurança e rentabilidade. Todas as operações são realizadas de acordo com condições normais de mercado e suas condições são acompanhadas sistematicamente.

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta são as eventuais oscilações nas taxas de juros e indicadores econômicos, que afetam diretamente o seu ativo e o seu passivo. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A Companhia apresenta abaixo, em conformidade com a Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 1998, conforme alterada, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de 2017 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	95.713	119.642	143.569	71.785	47.857
Passivos Financeiros						
Empréstimos, financiamentos	CDI	(128.045)	(157.278)	(186.512)	(98.811)	(69.578)
	SELIC	(50.266)	(61.739)	(73.213)	(38.791)	(27.317)
	TJLP	(51.164)	(63.082)	(75.002)	(39.245)	(27.326)
	IGP-M	(4.387)	(5.344)	(6.299)	(3.432)	(2.477)
	IPCA	(51.312)	(63.563)	(75.815)	(39.061)	(26.810)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 30/06/2017	25%	50%	(25%)	(25%)
CDI (% 6 meses)	9,50	11,88	14,25	7,13	4,75
SELIC (% 6 meses)	9,52	11,90	14,28	7,14	4,76
TJLP (% 6 meses)	7,50	9,37	11,25	5,62	3,75
IGP-M (% 6 meses)	(3,87)	(4,83)	(5,80)	(2,90)	(1,93)
IPCA (% 6 meses)	4,71	5,89	7,06	3,53	2,35

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	30/06/2017	31/12/2016
<i>Swap</i>		-	-
Ponta ativa	US\$	320.140	758.940
Ponta passiva	CDI	(240.711)	(788.976)
Total		(79.429)	(30.036)

Abaixo descrevemos as principais estratégias para mitigar a exposição a esses índices:

- Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"): A maior parte do endividamento da Companhia está atrelada ao CDI. Para minimizar os efeitos dessa exposição, todas as aplicações financeiras da Companhia também estão atreladas ao CDI.
- IGP-M: Exceção feita à maior parte do endividamento da Companhia, a qual está atrelada ao CDI, conforme acima disposto, parte significativa da dívida da Companhia está atrelada a esse índice. Em compensação parte da tarifa de distribuição de energia também está atrelada ao IGP-M.

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras, captação de empréstimos para financiar os seus investimentos e capital de giro e captação de debêntures. Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.2 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável tendo em vista que a Companhia ainda não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "*Norma de Procedimentos*" e neste item 5.2, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "*Norma de Procedimentos*" e neste item 5.2, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria e Segurança.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria e Segurança supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. – Descrição dos controles internos

(a) *Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las*

Muito embora a Companhia não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras.

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas políticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, por meio da estrutura de controles financeiros, reporte a administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível é desempenhado pela auditoria interna por meio de trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao Comitê de Auditoria e Segurança e ao conselho de administração da Companhia.

Sistemas de Informação:

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com importante referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do grupo. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos: **(a)** Sistemas Comerciais; **(b)** Sistemas Técnicos; **(c)** Sistemas Financeiros; e **(d)** Sistemas de Apoio.

(a) os Sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial; e
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

(b) Os Sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica; e
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

(c) os Sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;
- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;
- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações estratégicas;
- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais; e
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

(d) os Sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia; e
- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

A Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nos principais frameworks de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000.

As principais premissas deste processo são:

- (i)** Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;
- (ii)** As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis; e
- (iii)** Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de Tecnologia da Informação do Grupo Equatorial Energia, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial Energia são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração do Grupo Equatorial Energia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de Procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Por fim, a Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas nesta seção 5 são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia a está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Ambiente de controles robusto com utilização do ERP SAP em sua estrutura de tecnologia;
- Gerência de auditoria interna independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia;
- Diretoria de Estratégia e Regulação dedicada a analisar a conformidade das operações aos requisitos legais e regulatórios; e
- Comitê de Auditoria e Segurança que funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria e Segurança, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas da Companhia, bem como de sua controladora, de controle de riscos. No entanto, não há qualquer política de gerenciamento de riscos formalizada que trate do assunto ou de tais procedimentos, sendo que todas as práticas estão descritas nesta seção 5.

O Comitê de Auditoria e Segurança, criado em maio de 2014, avalia ações e toma decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. Dentre suas funções, podemos destacar:

- i) Avaliação da efetividade e da suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- ii) Verificação do cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- iii) Avaliação da observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar no Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia;
- iv) Reunião com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- v) Elaboração do relatório anual resumido;
- vi) Avaliação e monitoramento da adequação da Companhia à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos ("Lei nº 12.846/2013"); e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- vii)** Avaliação e monitoramento dos mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos pela Companhia.

Seus mecanismos de avaliação envolvem a supervisão das atividades da área de controles internos da Companhia, através do monitoramento da qualidade e integridade das atividades da auditoria interna da Companhia. Além de proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar oportunidades de melhoria na sua forma de atuação.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria e Segurança.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria e Segurança supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

(d) Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é uma medição gerencial de desempenho por aproximar a geração de caixa de nossa atividade econômica, por desconsiderar: **(i)** despesas ou receitas de não caixa que, similarmente à depreciação, é formada pela baixa de ativos que ainda possuem algum valor contábil residual, porém foram retirados da operação cotidiana da Companhia antes do término de sua vida útil contábil por motivos diversos, por exemplo, descarga elétrica em transformadores ou outros componentes da rede de distribuição, acidentes de trânsito que danificam bens não considerados como de massa; **(ii)** sua natureza de despesas ou receita não caixa que, similarmente à depreciação, é formado pelo mero reconhecimento contábil de custo de outorga de opção de compra de ações da Companhia à seus Administradores e/ou colaboradores e **(iii)** sua natureza de despesas ou receita não caixa que, similarmente à depreciação, é formada pela atualização do valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da Companhia no patrimônio líquido de suas investidas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada. Além disso, na data deste Formulário de Referência, não há expectativas de redução ou aumento da exposição de risco da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações relevantes, que não tenham sido mencionadas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e de nossas informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras e nas Informações Trimestrais sobre a nossa situação financeira. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma holding que atua nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.205 milhões, representando um aumento de 10,5% em relação àquele apresentado em 30 de junho de 2016 (R\$3.805 milhões).

O lucro líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$236,2 milhões e EBITDA Ajustado de R\$652 milhões, enquanto o lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 totalizou R\$391,6 milhões e EBITDA Ajustado de R\$734 milhões.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.683 milhões valor que representava 0,53 vezes o patrimônio líquido e 1,75 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2016, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$2.060 milhões, valor que representava 0,45 vezes o patrimônio líquido e 1,7 vez o EBITDA Ajustado dos 12 meses anteriores, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.024 milhões, representando um aumento de 16% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.479 milhões).

O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$873 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.613 milhões, enquanto o lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$960 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.338 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.377 milhões valor que representava 0,49 vez o patrimônio líquido e 1,47 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.711 milhões, valor que representava 0,40 vez o patrimônio líquido e 1,28 vez o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$3.479 milhões, representando um aumento de 23% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.836 milhões).

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$960 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.338 milhões, enquanto o lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$781 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.343 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.711 milhões valor que representava 0,4 vez o patrimônio líquido e 1,28 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2014, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.277 milhões, valor que representava 0,45 vez o patrimônio líquido e 0,95 vez o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

b. estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 30 de junho de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 35% de capital próprio e 65% de capital de terceiros comparados a 36% de capital próprio e 64% de capital de terceiros em 30 de junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros, comparados a 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros em dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital era composta por 31% de capital próprio e 69% de capital de terceiros.

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2016	2015	2014
Capital próprio					
Capital social	2.227.021	1.981.985	1.981.985	1.980.214	1.977.276
Reserva de capital	58.446	51.094	54.959	44.909	22.585
Reserva de lucros	1.766.110	1.472.341	2.009.845	1.472.341	871.843
Ajuste de avaliação patrimonial	-22.262	-22.262	-22.262	-22.262	-22.262
Outros Resultados Abrangentes	-529	4.050	-529	4.050	-13.075
Lucros Acumulados	176.570	317.588	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	854.103	788.444	847.689	749.987	609.158
Patrimônio líquido	5.059.459	4.593.240	4.871.687	4.229.239	3.445.525
Capital de terceiros					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante	3.206.544	2.856.094	3.416.305	3.131.472	3.152.614
Passivo não circulante	6.075.671	5.222.746	5.931.528	5.225.176	4.670.497
Total do Passivo	9.282.215	8.078.840	9.347.833	8.356.648	7.823.111
Total do passivo e patrimônio líquido	14.341.674	12.672.080	14.219.520	12.585.887	11.268.636

Nossos Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente nossa Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida, composta pela Dívida Bruta representada pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de: **(i)** Caixa e Equivalentes de Caixa; **(ii)** Investimentos de curto prazo; **(iii)** Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante); **(iv)** Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); **(v)** Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; e **(vi)** Depósitos judiciais vinculados à empréstimos, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

Adicionalmente nossa Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia e suas controladas administram seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas.

Nossa Diretoria esclarece que, o gerenciamento do capital da Companhia está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia e de suas controladas:

- (i)** Dívida Líquida/EBITDA;
- (ii)** Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido); e
- (iii)** Dívida de curto prazo/dívida total.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, nossos Diretores entendem que a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Esta afirmação pode ser atestada através da avaliação do índice de alavancagem (dívida líquida dividida por seu EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 em 1,75 vez, sendo ao final do exercício de 2016 em 1,47 vez, 1,28 vez ao final do exercício de 2015 e 0,95 vez ao final de 2014.

Esta afirmação pode ser atestada através da avaliação do índice de alavancagem (dívida líquida dividida por seu EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o período

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de seis meses findo em 30 de junho de 2017 em 1,76 vez, sendo ao final do exercício de 2016 em 1,39 vez, 1,22 vez ao final do exercício de 2015 e 0,95 vez ao final de 2014.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava R\$1.087 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$2.525 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava R\$987 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$3.058 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava R\$852 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$2.481 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava R\$971 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$1.964 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Nossa Diretoria entende que a Companhia não utiliza fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, contudo, as controladas da Companhia, utilizam as seguintes fontes:

I. Companhia Energética do Maranhão ("CEMAR"):

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a CEMAR utilizou as seguintes fontes de financiamento: Banco do Nordeste – BNB, Eletrobrás e BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CEMAR poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

II. Centrais Elétricas do Pará ("CELPA"):

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a CELPA utilizou as seguintes fontes de financiamento:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobrás") e Caixa Econômica Federal ("CEF"), que usualmente oferecem taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A CELPA também possui financiamento contratados com instituições financeiras privadas, com o objetivo de financiar suas atividades, como Itaú e Citibank.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CELPA poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a apenas as controladas da Companhia possuem limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha.

Nossos Diretores entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes nas controladas da Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 30 de junho de 2017, a dívida bruta da Companhia era de R\$5.682 milhões, dos quais 16,2% (R\$923,8 milhões) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.658 milhões.

Do valor total da dívida bruta acima, 19% (R\$1.087 milhões) tem vencimento no curto prazo e 81% (R\$4.594 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$5.625 milhões, dos quais 15% (R\$823 milhões) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.377 milhões.

Do valor total da dívida bruta acima, 18% (R\$987 milhões) tem vencimento no curto prazo e 82% (R\$4.669 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta da Companhia era de R\$4.755 milhões, dos quais 27% (R\$1.278 milhões) em moeda estrangeira, sendo que R\$1.185 milhões possuem operação de swap para CDI. A dívida líquida da Companhia atinge R\$1.711 milhões. Do valor total do endividamento acima, 18% (R\$853 milhões) tem vencimento no curto prazo e 82% (R\$3.902 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta da Companhia era de R\$4.375 milhões, dos quais 22% (R\$989 milhões) em moeda estrangeira, dos quais R\$752 milhões possuem operação de swap para CDI. A dívida líquida da Companhia atinge R\$1.277 milhões. Do valor total do endividamento acima, 22,2% (R\$971 milhões) tem vencimento no curto prazo e 77,8% (R\$3.404 milhões) tem vencimento no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívidas (R\$ mil)	2014	2015	2016	30.06.2017
Curto Prazo	970.716	852.690	986.951	1.087.558
Moeda Estrangeira	536.370	489.559	547.150	274.380
Moeda Nacional	434.346	363.131	439.801	813.178
Longo Prazo	3.404.177	3.902.467	4.669.319	4.620.346
Moeda Estrangeira	452.879	787.975	275.533	649.496
Moeda Nacional	2.951.298	3.114.492	4.393.786	3.970.850
Total Geral	4.374.893	4.755.157	5.656.270	5.707.904

O gráfico abaixo demonstra a evolução do endividamento da Companhia quando comparada ao seu EBITDA Ajustado.

	30/06/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Dívida Líquida	2.683.838	2.376.896	1.710.624	1.277.026
DL / EBITDA	1,75	1,47	1,28	0,95

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossa Diretoria destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pelas controladas da Companhia, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, uma vez que a Companhia não possui operações dessa natureza atualmente contratadas.

I. CEMAR:**4ª emissão de debêntures da CEMAR:**

Em 22 de setembro de 2012, a CEMAR realizou a 4ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$280.000 mil, dividido em duas séries de R\$101.380 mil e R\$178.620 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são de 100% CDI e spread 1,08% a.a., e da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

6ª emissão de debêntures da CEMAR:

Em 13 de outubro de 2014, a CEMAR realizou a 6ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000 mil, em uma única série. Os juros remuneratórios das debêntures são de 113,2% CDI.

7ª emissão de debêntures da CEMAR:

Em 16 de setembro de 2016, a CEMAR realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Sobre os recursos captados, no montante de R\$270.000 mil, dividido em duas séries de R\$155.000 mil e R\$115.000 mil, incidem juros remuneratórios de 5,48% ao ano na 1ª série e de 5,54% ao ano na 2ª série, bem como atualização monetária calculada com base no IPCA, com amortização *bullet*.

Dívida com a Eletrobrás:

Em 16 de fevereiro de 1999, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás o contrato ECF-1960/1999 concedendo à CEMAR um parcelamento da dívida no valor de R\$69.265 mil visando financiar a dívida da CEMAR junto à a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Os encargos financeiros praticados no financiamento da dívida incluíam uma taxa de juros de 10% ao ano em conjunto com uma taxa de administração de 2% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 27 de abril de 2004, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Instrumento Particular de Renegociação das Condições dos Contratos de Financiamento que dentre eles incluía o contrato ECF-1960/1999. Neste instrumento foram repactuados os encargos monetários do contrato ECF-1960/1999 que variam entre uma taxa de juros de 0% até 4% ao ano e uma taxa de administração de 0% até 4% ao ano entre o período que compreende os anos de 2004 a 2023.

Em 23 de dezembro de 2010, a Cemar celebrou com a Eletrobrás, contrato ECF-2890/2010, concedendo à Cemar crédito de R\$85.309 mil, para construção e ampliação de subestações, linhas de transmissão, com taxa de juros de 5% a.a., acrescida de taxa de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de crédito de 1% a.a.

Dívida com o BNB:

No ano de 2005, a CEMAR contratou financiamento junto ao BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 10 % ao ano.

Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica que consistem, basicamente, em melhoramentos e correções de defeitos em estruturas existentes, e na ampliação de redes em áreas urbanas, com edificações e ruas asfaltadas. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é de 10% ao ano, considerando o bônus de adimplimento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

Dívida com o BNDES:

Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$175.237 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:

- o **Subcrédito A:** O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- o **Subcrédito B:** O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano acrescida de *spread* de 1% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- o **Subcrédito C:** O valor contratado é de até R\$50.772 mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e taxa de juros fixada em 8,7% ao ano. O prazo total é de 96 meses, com início da amortização em 15 de dezembro de 2013 e vencimento em 15 de novembro de 2021.
- o **Subcrédito D:** O valor contratado é de até R\$1.000 mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com a taxa de juros equivalente à TJLP. O prazo total é de 60 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2013 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$473.704 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:

- o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$144.562 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento de juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
- o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$144.562 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
- o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9 mil, com o total de R\$110.614 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 2,5% ao ano.
- o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período entre 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
- o Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,06% ao ano.
- o Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6 mil, com o total de R\$6.259 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,5% ao ano.
- o Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.

- o Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de um *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,06% ao ano.
- o Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,6 mil com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano, com o total de R\$2.451 mil liberados até 30 de junho de 2017. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 5,0% ao ano.

Em 30 de dezembro de 2014, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$557.700 mil, com um total já liberado de R\$407.284 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em oito subcréditos, conforme segue abaixo:

- o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$115.875 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 15,70% ao ano.
- o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$115.875 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com o a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,78% ao ano.
- o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$42.342 mil, com o total de R\$13.709 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com taxa e juros fixa de 6% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de dezembro de 2016 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2017, inclusive. A amortização do principal se dará em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 6% ao ano.
- o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$119.344,5 mil, com o total de R\$52.175 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$27.500 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2014. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 15,70% ao ano.
- Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$27.500 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,78% ao ano.
- Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$16.827,4 mil, com o total de R\$9.650 mil liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.
- Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$2.774,6 mil, sem valores liberados até 30 de junho de 2017 e com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano. A amortização é trimestral no período entre 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 30 de junho de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,28% ao ano.

Dívida com o Banco do Brasil S.A.:

Agroindustrial I: No dia 09 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014. Os juros serão exigíveis juntamente com a amortização em parcela única no vencimento, qual seja, 11 de abril de 2018.

O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:

- Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
- Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.

Agroindustrial II: Em 28 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros serão exigíveis juntamente com a amortização em parcela única no vencimento, qual seja, 12 de junho de 2018.

Dívida com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch:

Em 17 de outubro de 2014, a CEMAR contratou financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário Internacional no montante de R\$100.000 mil, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 3.0175% ao ano.

Arelado à Cédula de Crédito Bancário Internacional, a CEMAR contratou com o Banco Santander (Brasil) S.A. uma operação de *Swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI + 1,30% ao ano.

Dívida com o Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch:

Em 17 de outubro de 2014, a CEMAR contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário Internacional no montante de, aproximadamente, USD 40.708 mil (correspondente, na data de contratação, a R\$100.000 mil), destinaram-se ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 2,52% ao ano.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a CEMAR contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de *Swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

As debêntures da 4ª e da 6ª emissão da CEMAR possuem *covenants* cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá implicar em vencimento antecipado das respectivas emissões.

II. CELPA:

Recuperação Judicial:

Com a aplicação do Plano de Recuperação Judicial, as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram por processo de novação e repactuação. Em 30 de junho de 2017, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$819 milhões.

Eletrobrás:

Crédito repactuado em 2012, no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Entes Públicos, no valor de R\$423 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao ano e com vencimento em setembro de 2034.

Banco da Amazônia:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Indusval:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

BNDES:

Em 11 de novembro de 2014, foi assinado pela CELPA junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0881.1 disponibilizando à CELPA um crédito no valor de até R\$498 milhões, cujos recursos são destinados à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2013 e 2014, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, e D, correspondentes aos valores de R\$93,4 milhões e R\$8,3 milhões, respectivamente, é de 2,78% ao ano;
- Subcréditos B e E, correspondentes aos valores de R\$217,9 milhões e R\$19,4 milhões, respectivamente, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito C, correspondente ao valor de R\$156,8 milhões, é de TJLP+2,50% ao ano, limitado a 6% ao ano; e
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$2,48 milhões incidirá a TJLP + 2,78% ao ano.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024. O vencimento previsto do contrato é de 15 de maio de 2024.

Em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela CELPA junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0777.1, disponibilizando à CELPA um crédito no valor de até R\$863 milhões, destinado à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, B e C, cada qual correspondente ao valor de R\$184,6 milhões, é de 2,86% ao ano;
- Subcrédito D, correspondente ao valor de R\$184,6 milhões, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito E, correspondente ao valor de R\$120,3 milhões, é de TJLP + 2,48% ao ano; e
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$4,2 milhões incidirá a TJLP.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024.

Os dois contratos celebrados com BNDES possuem *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Citibank:

Em 29 de janeiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, sendo aditivado em 20 de janeiro de 2016 no montante de US\$112.473.955,23 (correspondentes, na data de contratação, a R\$456 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CELPA. Em 19 de abril de 2017, o contrato com o Citibank foi aditivado por conta da liberação do montante de US\$ 75.023.150,88. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 19 de abril de 2021. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 1,39% ao ano.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a CELPA contratou com o Citibank uma operação de *swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+2,0% ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Itaú:

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, no montante de US\$69.483.047,00 (correspondente, na data de contratação a R\$200 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CELPA, com vencimento previsto para 24 de fevereiro de 2017. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 1,99% ao ano.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a CELPA contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de *swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,80% ao ano.

Este contrato não possui *covenant* financeiro.

Banco da Amazônia:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

INDUSVAL

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Em 7 de junho de 2013, a Companhia e o BID celebraram o segundo aditamento ao Loan Agreement (Contrato de Financiamento) para, entre outras disposições, repactuar o covenant financeiro de Dívida Total / EBITDA no limite de 3,50:1:00, a partir de 30 de setembro de 2016.

1ª Emissão de Debêntures:

Em 17 de maio de 2016, a CELPA realizou a 1ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R\$100.000 mil, em série única, com vencimento em 30 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 9% ao ano. Em que pese a 1ª emissão ter sido realizada em 17 de maio de 2016, as debêntures foram subscritas e integralizadas em agosto de 2016.

A CELPA deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

2ª Emissão de Debêntures:

Em 13 de outubro de 2016, a CELPA assinou a escritura de emissão da 2ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, no valor total de R\$90.000 mil, sendo R\$60.000 mil referentes à 1ª série e R\$30.000 mil referentes à 2ª série, com vencimento em 15 de janeiro de 2024. Os juros remuneratórios das debêntures são de 8,04% ao ano. Para todos os efeitos legais a data da 2ª emissão foi 11 de agosto de 2016.

A CELPA deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Até a data deste Formulário de Referência, o índice ainda não havia sido apurado para as debêntures, sendo que a primeira verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

3ª Emissão de Debêntures:

Em 11 de novembro de 2016, a CELPA assinou a escritura da 3ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, no valor total de R\$300.000 mil, sendo R\$199.069 mil referentes à 1ª série e R\$100.931 mil referentes à 2ª série, com vencimento em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2023, respectivamente. Os juros remuneratórios das debêntures da 1ª série são de IPCA + 6,7% a.a, e da 2ª série os juros remuneratórios são de IPCA + 5,9% a.a.

4ª Emissão de Debêntures:

Em 12 de dezembro de 2016, a CELPA assinou a escritura da 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$300.000 mil, com vencimento em 15 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 116% da taxa DI.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos, financiamentos e debêntures da CELPA possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da CELPA, reorganizações societárias e *cross-default*, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Nossa Diretoria destaca abaixo os principais limites dos financiamentos já contratados pelas controladas da Companhia, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, uma vez que a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos.

I. CEMAR:

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi até 30 de junho de 2016. O encerramento do crédito aconteceu em junho de 2016.

Para o contrato com BNDES nº 14.2.1233.1, celebrado em 30 de dezembro de 2014 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Dos 557,7 milhões contratados, 73% já foram utilizados. Ficando para 2017 o volume a ser captado de 40% (226 milhões).

O contrato ECFS 332-2013 (PLPT 7ª Tranche), celebrado em 23 de maio de 2013 destinados à cobertura financeira de parte dos custos diretos das obras do Programa Luz para Todos. O valor do contrato é de 214 milhões, 89% já foram utilizados e aguardando liberação da parcela final do contrato.

Para o contrato 415.866-52/2013 (Caixa - FINISA), celebrado em 04 de outubro de 2013 destinado a financiar os custos diretos dos investimentos ao atendimento de consumidores rurais. O prazo-limite para utilização de recursos é até 30 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado. Dos 28,6 milhões contratados, 90% já foram utilizados, faltando 10% da parcela de encerramento prevista para 2017.

Para os financiamentos contratados junto ao STN, Operação Itaú, Operação Santander, Banco do Brasil, BNB, Eletrobrás, FINEP, IBM, Votorantim e Sudene, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foi utilizada pela CEMAR.

II. CELPA:

Para o contrato com BNDES nº 15.2.0777.1, celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Do total de R\$863 milhões contratados, 34% já foram utilizados.

Para o contrato com a Caixa Econômica Federal nº CEF 415.877-81/2015, celebrado em 28 de julho de 2015, para financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema no entorno de Belo Monte, no âmbito do Programa Luz para todos. O limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 31 de março de 2016, sendo que a prorrogação deste prazo está sendo negociada com a Caixa Econômica Federal. Do total de R\$38 milhões contratados, 90% já foram utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela CELPA.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados consolidados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	30/06/2017	%AV	30/06/2016	%AV	%AH
Receita operacional líquida	3.924.893	100,0%	3.465.478	100,0%	13,3%
Custo do serviço de energia elétrica	-2.883.808	-73,5%	-2.666.386	-76,9%	8,2%
Lucro operacional bruto	1.041.085	26,5%	799.092	23,1%	30,3%
Despesas com vendas	-311.693	-7,9%	-211.880	-6,1%	47,1%
Despesas gerais, administrativas e amortização	-272.630	-6,9%	-152.880	-4,4%	78,3%
Amortização do direito de concessão	-2.961	-0,1%	-3.187	-0,1%	-7,1%
Resultado da equivalência patrimonial	13.281	0,3%	12.926	0,4%	2,7%
Outras despesas/receitas operacionais	-54.290	-1,4%	-36.167	-1,0%	50,1%
Total de receitas (despesas) operacionais	-628.293	-16,0%	-391.188	-11,3%	60,6%
Lucro antes do resultado financeiro	412.792	10,5%	407.904	11,8%	1,2%
Resultado financeiro	-113.156	-2,9%	90.587	2,6%	-224,9%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	299.636	7,6%	498.491	14,4%	-39,9%
Imposto de renda e contribuição social	-63.419	-1,6%	-106.882	-3,1%	-40,7%
Lucro líquido do período	236.217	6,0%	391.609	11,3%	-39,7%
Atribuível aos acionistas não controladores	59.647	1,5%	74.021	2,1%	-19,4%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	176.570	4,5%	317.588	9,2%	-44,4%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$3.465 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$3.925 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando um aumento de 13,3%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado é consequência de:

a) Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros

O saldo passou de R\$17,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$378,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando variação positiva R\$361,3 milhões. Nas controladas CEMAR e CELPA, a variação é decorrente das amortizações dos reajustes de 2014/2015 e reajuste de 2015/2016. As amortizações ocorridas no 1º semestre - 2017 foram menores, devido ao resultado dos componentes financeiros apurados no reajuste de 2015/2016 gerando um saldo a devolver. O que não aconteceu no reajuste de 2015, cujo resultado foi o inverso, sendo amortizado durante o primeiro semestre de 2016, fato gerador da variação entre os períodos indicados. Outro fator determinante, foi o preço médio realizado durante o ano de 2016 se comparado ao preço médio do reajuste e também as despesas com encargos do serviço dos sistemas, que foram superiores aos dados no reajuste, que alavancaram uma maior constituição de Ativos Regulatórios no primeiro trimestre de 2016, o que não ocorreu em 2017, cujo preço médio do reajuste e o valor do ESS, estão gerando um ativo menor.

b) Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica passou de R\$118,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$26 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017. A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do Preço de Liquidação das diferenças. No período findo em 30 de junho de 2017 a controlada CELPA vendeu 224.496 MWh ao PLD de 73,99 R\$/MWh, para o mesmo período de 2016 a mesma vendeu 395.300 MWh ao PLD de 65,01 R\$/MWh. Adicionalmente a exposição financeira no semestre de 2016 gerou uma receita em virtude da diferença entre o PLD dos submercados em relação ao PLD do Norte, ao qual as controladas estão inseridas, e durante o mesmo período de 2017 gerou uma despesa.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$2.666 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$2.884 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando aumento de 8,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Energia de curto prazo - CCEE

O custo com a energia de curto prazo na Celpa passou de R\$113,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$297,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017. Enquanto que na Cemar passou de R\$61,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$197,1 milhões no mesmo período em 2017.

(i) o PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$73,64 por MWh; (ii) Contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo superior ao de 2016. Na controlada CELPA no período findo de 30 de junho de 2017 as receitas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) a exposição financeira, no ano de 2017 foi mais acentuada que 2016 quando compara os submercado Norte em relação aos demais; (ii) o efeito de disponibilidade em 2017 foi superior a 2016 em virtude dos despachos de térmicas para atendimento da carga bem como o risco hidrológico por causa de menor garantia física das usinas cotistas em relação ao montante que deveria ser gerado, assim como o pagamento do Efeito de Repasse do Risco Hidrológico.

Despesa com Vendas

A Despesa com Vendas da Companhia passou de R\$212 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$312 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando aumento de 47,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão de:

a) despesa com serviço de terceiros

A despesa com serviço de terceiros passou de R\$95,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$116,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 decorrente de aumento na estrutura de cobrança e arrecadação.

b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa passou de R\$85 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$166 milhões no mesmo período de 2017 decorrente de piora na arrecadação da Companhia no período, consequência da intensificação no combate às perdas da Companhia, assim como migração do seu sistema comercial, impactando suas provisões.

Despesas Gerais, Administrativas e Amortização

As Despesas da Companhia passaram de R\$153 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$273 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando aumento de 78,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão de:

a) Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal passou de R\$76,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$112,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando aumento de 47,1% decorrente principalmente do aumento na estrutura de cobrança, arrecadação e combate às perdas da Companhia.

b) Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

No primeiro semestre de 2016 a provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas passou de R\$44,6 milhões negativos para R\$24,5 milhões no mesmo período em 2017 decorrente do esforço de redução nas contingências da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro líquido da Companhia passou de R\$33 milhões negativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para uma despesa financeira líquida de R\$113 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando um aumento de 236% em virtude do incremento na despesas de juros e variação monetária sobre a dívida da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia, assim como variação cambial sobre dívida não protegida contra variação cambial na Celpa, originária de seu processo de recuperação judicial.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$498 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$300 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando uma redução de 39,9%, pelas razões já expostas nas contas anteriores.

a) Imposto de Renda Antes da Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social passou de R\$86,9 milhões negativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 para R\$51,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, representando uma redução de 69,3% no segmento de distribuição. Também houve variação negativa de R\$6,4 milhões no segmento de Serviços/Comercialização e variação positiva de R\$5,4 milhões no segmento de Administração central e outros. Em ambos os exercícios, a taxa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição em relação ao Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, manteve-se estável, em 21%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Receita operacional líquida	7.952.181	100%	7.252.942	100%	10%
Custo do serviço de energia elétrica	(5.803.400)	-73%	(5.449.010)	-75%	7%
Lucro operacional bruto	2.148.781	27%	1.803.932	25%	19%
Despesas com vendas	(560.600)	-7%	(428.616)	-6%	31%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(328.599)	-4%	(327.091)	-5%	0%
Depreciação e amortização		0%	(45.829)	-1%	-100%
Amortização do direito de concessão	(6.373)	0%	(6.707)	0%	-5%
Resultado da equivalência patrimonial	26.893	0%	31.421	0%	-14%
Outras despesas/receitas operacionais	(101.165)	-1%	(215.327)	-3%	-53%
Total de receitas (despesas) operacionais	(969.844)	-12%	(992.149)	-14%	-2%
Lucro antes do resultado financeiro	1.178.937	15%	811.783	11%	45%
Resultado financeiro	(128.925)	-2%	309.280	4%	-142%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.050.012	13%	1.121.063	15%	-6%
Imposto de renda e contribuição social	(176.886)	-2%	(161.215)	-2%	10%
Lucro líquido do período	873.126	11%	959.848	13%	-9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(160.909)	-2%	(151.366)	-2%	6%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	712.217	9%	808.482	11%	-12%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.253 milhões em 2015 para R\$7.952 milhões em 2016, representando um aumento de 10%. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente, devido aumento significativo da conta CDE (sendo Conta CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, que significa encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica, com valor fixado anualmente pela ANEEL) referente às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.449 milhões em 2015 para R\$5.803 milhões no mesmo período de 2016, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento do custo de construção sendo este neutro para análise do resultado dos serviços uma vez que seu aumento é integralmente compensado por aumento na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia. Tal variação decorre da retomada de investimentos em obras de melhorias, ampliação, conservação e manutenção das Redes de Distribuição, Sub-transmissão e Subestações executados na área de concessão das controladas CEMAR e CELPA.

Total de Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas (Despesas) Operacionais passaram de R\$992 milhões em 2015 para R\$970 milhões no mesmo período de 2016, representando uma queda de 2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão da queda de Outras Despesas Operacionais, que passaram de R\$215 milhões em 2015 para R\$101 milhões em 2016, fruto da menor desativação de bens do ativo financeiro e intangível no período, tendo em vista que 2016 não é ano de revisão tarifária em nenhuma das controladas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado financeiro**

O resultado do financeiro líquido da Companhia passou de R\$309 milhões positivos em 2015 para uma despesa financeira líquida de R\$129 milhões em 2016, representando uma variação negativa de 142% em virtude, principalmente, do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial de R\$380 milhões da controlada CELPA realizado em 2015.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.121 milhões em 2015 para R\$1.050 milhões em 2016, representando uma variação negativa de 6% em virtude, principalmente, da redução do resultado financeiro da controlada CELPA.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$161,2 milhões negativos em 2015 para R\$176,8 milhões negativos em 2016, representando uma variação positiva de 10%. Em termos de taxa efetiva, houve variação de 14% em 2015 para 17% em 2016, fruto de menor volume de utilização de subvenção governamental pelas controladas CEMAR e CELPA.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$808 milhões em 2015 para R\$712 milhões em 2016, representando uma redução de 12%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AH
Receita operacional líquida	7.252.942	100%	6.804.465	100%	7%
Custo do serviço de energia elétrica	(5.449.010)	-75%	(5.071.896)	-75%	7%
Lucro operacional bruto	1.803.932	25%	1.732.569	25%	4%
Despesas com vendas	(428.616)	-6%	(371.449)	-5%	15%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(327.091)	-5%	(285.652)	-4%	15%
Depreciação e amortização	(45.829)	-1%	(35.339)	-1%	30%
Amortização do direito de concessão	(6.707)	0%	(1.116)	0%	501%
Resultado da equivalência patrimonial	31.421	0%	23.806	0%	32%
Outras despesas/receitas operacionais	(215.327)	-3%	(108.966)	-2%	98%
Total de receitas (despesas) operacionais	(992.149)	-14%	(778.716)	-11%	27%
Lucro antes do resultado financeiro	811.783	11%	953.853	14%	-15%
Resultado financeiro	309.280	4%	(241.921)	-4%	-228%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.121.063	15%	711.932	10%	57%
Imposto de renda e contribuição social	(161.215)	-2%	68.630	1%	-335%
Lucro líquido do período	959.848	13%	780.562	11%	23%
Atribuível aos acionistas não controladores	(151.366)	-2%	(142.806)	-2%	6%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	808.482	11%	637.756	9%	27%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$6.804 milhões em 2014 para R\$7.253 milhões em 2015, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.072 milhões em 2014 para R\$5.449 milhões no mesmo período de 2015, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e (ii) aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos não performados pelos geradores.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$242 milhões em 2014 para uma receita financeira líquida de R\$309 milhões em 2015, representando uma melhora de 228% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial em R\$380 milhões da controlada CELPA.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$712 milhões em 2014 para R\$1.121 milhões em 2015, representando um aumento de 57% em virtude, principalmente, do aumento no resultado financeiro da controlada CELPA.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro líquido do período**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$638 milhões em 2014 para R\$808 milhões em 2015, representando um aumento de 27%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016*

	Consolidado				
	30/06/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	896.729	6,3%	920.784	6,5%	-2,6%
Investimentos de curto prazo	1.628.482	11,4%	2.137.135	15,0%	23,8%
Contas a receber de clientes	2.132.731	14,9%	2.292.104	16,1%	-7,0%
Contas a receber – bandeira tarifária	53.645	0,4%	3.947	0,0%	1259,1%
Aquisição de combustível - conta CCC	42.355	0,3%	64.738	0,5%	34,6%
Serviços pedidos	157.175	1,1%	133.605	0,9%	17,6%
Depósitos judiciais	37.526	0,3%	31.839	0,2%	17,9%
Instrumentos financeiros derivativos	30.805	0,2%	1.242	0,0%	2380,3%
Estoques	16.858	0,1%	19.987	0,1%	15,7%
Impostos e contribuições a recuperar	124.999	0,9%	105.000	0,7%	19,0%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	105.330	0,7%	127.909	0,9%	17,7%
Outros créditos a receber	146.068	1,0%	89.242	0,6%	63,7%
	5.372.703	37,5%	5.927.532	41,7%	-9,4%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	456.408	3,2%	372.004	2,6%	22,7%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	95.660	0,7%	-	0,0%	N/A
Aquisição de combustível - conta CCC	88.495	0,6%	93.306	0,7%	-5,2%
Depósitos judiciais	172.792	1,2%	165.018	1,2%	4,7%
Instrumentos financeiros derivativos	48.624	0,3%	-	0,0%	N/A
Impostos e contribuições a recuperar	127.229	0,9%	130.636	0,9%	-2,6%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	44.412	0,3%	42.833	0,3%	3,7%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	40.440	0,3%	65.284	0,5%	38,1%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,0%	-	0,0%	N/A
Outros créditos a receber	73.027	0,5%	66.965	0,5%	9,1%
Ativo financeiro da concessão	2.896.465	20,2%	2.602.224	18,3%	11,3%
Investimentos	103.037	0,7%	96.322	0,7%	7,0%
Imobilizado	72.505	0,5%	8.755	0,1%	728,2%
Intangível	4.749.877	33,1%	4.648.641	32,7%	2,2%
	8.968.971	62,5%	8.291.988	58,3%	8,2%
Total do ativo	14.341.674	100,0%	14.219.520	100,0%	0,9%

	Consolidado				
	30/06/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	860.759	6,0%	943.283	6,6%	-8,7%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	43.681	0,3%	33.330	0,2%	31,1%
Empréstimos e financiamentos	876.350	6,1%	868.211	6,1%	0,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures	211.208	1,5%	118.740	0,8%	77,9%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	16.689	0,1%	71.524	0,5%	-76,7%
Impostos e contribuições a recolher	381.218	2,7%	357.041	2,5%	6,8%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	8.763	0,1%	9.306	0,1%	-5,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio	243.141	1,7%	195.911	1,4%	24,1%
Encargos do consumidor	48.749	0,3%	28.748	0,2%	69,6%
Contribuição de iluminação pública	24.301	0,2%	42.101	0,3%	-42,3%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	56.885	0,4%	69.029	0,5%	-17,6%
Participação nos lucros	50.032	0,3%	76.559	0,5%	-34,6%
Valores a pagar da recuperação judicial	58.273	0,4%	96.409	0,7%	-39,6%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	73.991	0,5%	86.222	0,6%	-14,2%
Outras contas a pagar	252.504	1,8%	419.891	3,0%	-39,9%
	3.206.544	22,4%	3.416.305	24,0%	-6,1%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.244.885	15,7%	2.217.653	15,6%	1,2%
Debêntures	1.530.397	10,7%	1.629.727	11,5%	-6,1%
Impostos e contribuições a recolher	38.439	0,3%	37.316	0,3%	3,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	277.225	1,9%	238.395	1,7%	16,3%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	460.436	3,2%	455.527	3,2%	1,1%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	N/A	1.501	0,0%	-100,0%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	159.678	1,1%	153.334	1,1%	4,1%
Valores a pagar da recuperação judicial	939.841	6,6%	912.337	6,4%	3,0%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0,3%	38.412	0,3%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	N/A	31.278	0,2%	-100,0%
Outras contas a pagar	386.358	2,7%	216.048	1,5%	78,8%
	6.075.671	42,4%	5.931.528	41,7%	2,4%
Patrimônio líquido					
Capital social	2.227.021	15,5%	1.981.985	13,9%	12,4%
Reservas de capital	58.446	0,4%	54.959	0,4%	6,3%
Reservas de lucros	1.766.110	12,3%	2.009.845	14,1%	-12,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	-22.262	-0,2%	-22.262	-0,2%	0,0%
Outros resultados abrangentes	-529	0,0%	-529	0,0%	0,0%
Lucros acumulados	176.570	1,2%	-	N/A	N/A
	4.205.356	29,3%	4.023.998	28,3%	4,5%
Participação dos acionistas não controladores	854.103	6,0%	847.689	6,0%	0,8%
Total do patrimônio líquido	5.059.459	35,3%	4.871.687	34,3%	3,9%
Total do passivo	14.341.674	100,0%	14.219.520	100,0%	0,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.927 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5.373 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma diminuição de 9,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

Investimento de Curto Prazo

Investimento de Curto Prazo, passou de R\$2.137 milhões em 2016 para R\$1.628 milhões em junho de 2017, representando variação negativa de 23,8% decorrente do pagamento de dívidas no período, reduzindo a liquidez de curto prazo da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes, passou de R\$2.292 milhões em 2016 para R\$2.132 milhões em junho de 2017, representando variação negativa de 7%, dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas. O maior impacto destas variações decorre da controlada CELPA e, decorrente de alongamento no perfil de recebimento da Companhia, na medida em que o saldo desta mesma conta no ativo não circulante aumentou.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$8.969 milhões em 30 de junho de 2017, representando um aumento de 8,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes passou de R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$456 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação positiva de 22,7% principalmente em decorrência de negociações dos débitos dos clientes inadimplentes da controlada CELPA com mais de cinco faturas, refletindo um aumento na conta de Parcelamento de Débitos.

Sub-rogação da CCC

Sub-rogação da CCC, passou de R\$65,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$40,4 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação negativa de 38,1% decorrente de recebimento de recursos da CCC, reembolso de investimentos realizados em interligação de sistemas isolados.

Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Surgimento do Ativo Regulatório ou Valores a Receber de Parcela A, a qual foi de R\$95,7 milhões em 30 de junho de 2017, principalmente em virtude de uma variação de 235% no PLD médio dos submercados, o que gerou um ativo de sobrecontratação de energia.

Ativo financeiro da concessão

Ativo financeiro da concessão, passou de R\$2.602 milhões em 31 de dezembro 2016 para R\$2.896 milhões em 30 junho de 2017, representando variação de 11,3% decorrente de investimentos realizados pela Companhia no período, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões.

Intangível

O ativo intangível passou de R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.750 milhões em 30 de junho de 2017 decorrente da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes das controladas CEMAR e CELPA realizados no decorrer de 2017, o que ocasionou gastos com aquisição de ativos intangíveis nas controladas CEMAR e CELPA no montante de R\$541 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.207 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma redução de 6,1%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Fornecedores

Fornecedores passou de R\$943,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$860,7 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação negativa 8,7% decorrente principalmente pela queda no valor de Fornecedores a pagar na controlada CELPA, sobretudo pela liquidação de compra de combustível fornecedor Petrobras que tem seu repasse atrelado ao recebimento do reembolso CCC, além dos pagamentos a diversos fornecedores com programação de desembolso em 2016, sendo realizado somente em 2017.

Debêntures

Debêntures passou de R\$118,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$211,2 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação positiva de 77,9% decorrente de encurtamento no perfil de vencimento das debêntures da Companhia.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e JSCP passou de R\$195,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$243,1 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação positiva 24,1% decorrente do aumento no valor anunciado pela Companhia.

Valores a pagar da recuperação judicial

Valores a pagar da recuperação judicial passou de R\$96,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$58,2 milhões em 30 de junho de 2017, representando variação negativa de 39,6% decorrente do pagamento de débitos de credores operacionais que estavam vencendo no curto prazo.

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar passaram de R\$419,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$252,5 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma variação negativa de 39,9% decorrente do alongamento no perfil do pagamento de Questionamentos Tributários – CCC de R\$158 milhões.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$6.076 milhões em 30 de junho de 2017, representando um aumento de 2,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Debêntures

Debêntures passou de R\$1.629 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.530 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma variação negativa de 6,1% decorrente de migração do perfil de vencimento para o curto prazo.

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar passou de R\$216 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$386,3 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma variação positiva de 78,8% decorrente do aumento do passivo de Questionamentos Tributários – CCC, que cresceu R\$169 milhões no período em virtude de valores reclassificados referentes ao montante que devemos repassar à ANEEL/Eletrobrás, conforme resolução, como não foi especificado a forma do repasse, a controlada CELPA formalizou junto ao órgão competente a forma de devolução destes valores e aguarda posição.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5.059 milhões em 30 de junho de 2017, representando um aumento de 3,9%. Referida variação ocorreu, principalmente: (i) pelo resultado intermediário do exercício de 2017, sobre o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

qual ainda não foram distribuídos dividendos; (ii) pela integralização de capital no montante de R\$246 milhões, o qual passou de R\$1.981 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.227 milhões em 30 de junho de 2017, representando uma variação positiva de 12,4%; e (iii) pela utilização de Reserva de Lucros no montante de R\$243 milhões, a qual passou de R\$2.009 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.766 milhões em junho de 2017, representando uma variação negativa de 12,1%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015**

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	920.784	6%	397.866	3%	131%
Investimentos de curto prazo	2.137.135	15%	2.083.474	17%	3%
Contas a receber de clientes	2.292.104	16%	1.977.709	16%	16%
Contas a receber – bandeira tarifária	3.947	0%	5.542	0%	-29%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	0%	221.298	2%	-71%
Serviços pedidos	133.605	1%	112.580	1%	19%
Depósitos judiciais	31.839	0%	25.277	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	1.242	0%	52.826	0%	-98%
Estoques	19.987	0%	11.430	0%	75%
Impostos e contribuições a recuperar	105.000	1%	94.874	1%	11%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	127.909	1%	116.783	1%	10%
Outros créditos a receber	89.242	1%	58.692	0%	52%
	5.927.532	42%	5.158.351	41%	15%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	372.004	3%	277.587	2%	34%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	N/A
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	0%	65.824	1%	-1%
Depósitos judiciais	165.018	1%	150.527	1%	10%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	273.803	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	130.636	1%	88.233	1%	48%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.833	0%	39.661	0%	8%
Outros créditos a receber	66.965	0%	86.132	1%	-22%
Ativo financeiro da concessão	2.602.224	18%	2.228.931	18%	17%
Investimentos	96.322	1%	88.646	1%	9%
Imobilizado	8.755	0%	3.552	0%	146%
Intangível	4.648.641	33%	4.124.640	33%	13%
	8.291.988	58%	7.427.536	59%	12%
Total do ativo	14.219.520	100%	12.585.887	100%	13%

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	943.283	7%	934.780	7%	1%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.330	0%	33.994	0%	-2%
Empréstimos e financiamentos	868.211	6%	805.387	6%	8%
Debêntures	118.740	1%	47.303	0%	151%
Impostos e contribuições a recolher	357.041	3%	312.421	2%	14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	9.306	0%	18.238	0%	-49%
Dividendos e JSCP	195.911	1%	217.998	2%	-10%
Encargos do consumidor	28.748	0%	43.495	0%	-34%
Contribuição de iluminação pública	42.101	0%	17.433	0%	142%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	69.029	0%	75.088	1%	-8%
Participação nos lucros de empregados	76.559	1%	65.384	1%	17%
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	86.222	1%	134.950	1%	-36%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	71.524	1%	49.561	0%	44%
Outras contas a pagar	419.891	3%	283.994	2%	48%
	3.416.305	24%	3.131.472	25%	9%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.217.653	16%	2.587.266	21%	-14%
Debêntures	1.629.727	11%	495.182	4%	229%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos e contribuições a recolher	37.316	0%	50.709	0%	-26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.395	2%	142.502	1%	67%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	455.527	3%	469.996	4%	-3%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	1.501	0%	16.978	0%	-91%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	153.334	1%	128.527	1%	19%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	6%	995.599	8%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	0%	5%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	
Outras contas a pagar	216.048	2%	301.699	2%	-28%
	5.931.528	42%	5.225.176	42%	14%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.981.985	14%	1.980.214	16%	0%
Reservas de capital	54.959	0%	44.909	0%	22%
Reservas de lucros	2.009.845	14%	1.472.341	12%	37%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	(529)	0%	4.050	0%	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.023.998	28%	3.479.252	28%	16%
Participação dos acionistas não controladores	847.689	6%	749.987	6%	13%
Total do patrimônio líquido	4.871.687	34%	4.229.239	34%	15%
	14.219.520	100 %	12.585.887	100 %	13%
Total do passivo					

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.928 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Caixa e equivalentes de caixa

Aumento no Caixa e equivalentes de caixa de R\$398 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$921 milhões em 31 de dezembro de 2016 principalmente impactada pela controlada CELPA, a qual realizou captação de recursos no montante de R\$960 milhões referente à emissão das Debêntures e amortizações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$295 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$1.978 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 em virtude principalmente da variação no contas a receber de sua controla CELPA, no montante de R\$208 milhões, por consequência das ações de combate às perdas de energia, que, no momento que regulariza uma ligação, fatura parte do montante perdido em períodos anteriores à regularização, o que provoca um prazo médio maior de recebimento e, do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia.

Aquisição de combustível - conta CCC

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$221 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente da redução na operação do sistema isolado, reduzindo a necessidade de aquisição de combustível.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Contas a receber de clientes

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia, com maior volume de parcelamentos realizados pelos clientes.

Aquisição de combustível - conta CCC

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$93 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de alongamento no perfil de recebimento do reembolso de combustíveis para operação do sistema isolado.

Ativo financeiro da concessão

Aumento no Ativo financeiro de concessão de R\$2.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.602 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Intangível

Aumento no Intangível de R\$4.125 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos passou de R\$274 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando uma redução de R\$274 milhões, utilizados para neutralizar variações cambiais em dívidas denominadas em moeda estrangeira. Tal queda é decorrente da variação cambial no período.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$805 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da Companhia no período, para fazer frente ao crescimento da sua necessidade de capital de giro.

Debêntures

O saldo de debêntures passou de R\$47 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$47 milhões no exercício de 2016, decorrente da Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA, as quais se destinaram prioritariamente para aumento do capital de giro.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$284 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$420 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$136 milhões no exercício de 2016, pelo acúmulo de passivo de questionamentos tributários – CCC de R\$165 milhões.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Empréstimos e financiamentos***

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$2.587 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.218 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da Companhia, para fazer frente à sua maior necessidade de capital de giro, assim como investimentos realizados em seus ativos financeiros e intangível.

Debêntures

Aumento de Debêntures de R\$495 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.630 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente de Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA que se destinou prioritariamente para aumento do capital de giro das mesmas.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos passou de R\$143 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$238 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$96 milhões no exercício de 2016, em virtude do aumento no valor de diferenças temporárias do período.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas de lucro e de capital (de R\$1.517 milhões para R\$2.065 milhões), em virtude do lucro líquido não distribuído como dividendos no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	397.866	3%	280.098	2%	42%
Investimentos de curto prazo	2.083.474	17%	1.683.565	15%	24%
Contas a receber de clientes	1.977.709	16%	1.382.874	12%	43%
Contas a receber – bandeira tarifária	5.542	0%	-	0%	N/A
Aquisição de combustível - conta CCC	221.298	2%	236.701	2%	-7%
Serviços pedidos	112.580	1%	106.304	1%	6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	341.602	3%	-100%
Depósitos judiciais	25.277	0%	20.037	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	52.826	0%	64.553	1%	-18%
Estoques	11.430	0%	20.912	0%	-45%
Impostos e contribuições a recuperar	94.874	1%	109.916	1%	-14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	116.783	1%	76.192	1%	53%
Outros créditos a receber	58.692	0%	64.070	1%	-8%
	5.158.351	41%	4.386.824	39%	18%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	277.587	2%	191.871	2%	45%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	380.854	3%	-100%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	1%	113.255	1%	-42%
Depósitos judiciais	150.527	1%	136.156	1%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	273.803	2%	8.860	0%	2990%
Impostos e contribuições a recuperar	88.233	1%	87.059	1%	1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39.661	0%	36.238	0%	9%
Outros créditos a receber	86.132	1%	63.222	1%	36%
Ativo financeiro da concessão	2.228.931	18%	1.565.973	14%	42%
Investimentos	88.646	1%	77.464	1%	14%
Imobilizado	3.552	0%	3.341	0%	6%
Intangível	4.124.640	33%	4.217.519	37%	-2%
	7.427.536	59%	6.881.812	61%	8%
Total do ativo	12.585.887	100%	11.268.636	100%	12%

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AV
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	934.780	7%	1.139.843	10%	-18%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.994	0%	29.773	0%	14%
Empréstimos e financiamentos	805.387	6%	959.855	9%	-16%
Debêntures	47.303	0%	10.861	0%	336%
Impostos e contribuições a recolher	312.421	2%	250.740	2%	25%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18.238	0%	32.160	0%	-43%
Dividendos e JSCP	217.998	2%	176.840	2%	23%
Encargos do consumidor	43.495	0%	1.483	0%	2833%
Contribuição de iluminação pública	17.433	0%	30.848	0%	-43%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	75.088	1%	79.569	1%	-6%
Participação nos lucros de empregados	65.384	1%	56.855	1%	15%
Valores a pagar da recuperação judicial	91.446	1%	79.631	1%	15%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	134.950	1%	51.728	0%	161%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	49.561	0%	-	0%	N/A
Outras contas a pagar	283.994	2%	252.428	2%	13%
	3.131.472	25%	3.152.614	28%	-1%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.587.266	21%	2.897.754	26%	-11%
Debêntures	495.182	4%	506.423	4%	-2%
Impostos e contribuições a recolher	50.709	0%	77.046	1%	-34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.502	1%	31.614	0%	351%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	469.996	4%	546.245	5%	-14%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	16.978	0%	-	0%	N/A
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	128.527	1%	107.519	1%	20%
Valores a pagar da recuperação judicial	995.599	8%	256.230	2%	289%
Plano de aposentadoria e pensão	36.718	0%	47.768	0%	-23%
Outras contas a pagar	301.699	2%	199.898	2%	51%
	5.225.176	42%	4.670.497	41%	12%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.980.214	16%	1.977.276	18%	0%
Reservas de capital	44.909	0%	22.585	0%	99%
Reservas de lucros	1.472.341	12%	871.843	8%	69%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	4.050	0%	(13.075)	0%	-131%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	3.479.252	28%	2.836.367	25%	23%
Participação dos acionistas não controladores	749.987	6%	609.158	5%	23%
Total do patrimônio líquido	4.229.239	34%	3.445.525	31%	23%
Total do passivo	12.585.887	100%	11.268.636	100%	12%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$4.387 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 18%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento no Contas a Receber de Clientes (de R\$1.383 milhões para R\$1.978 milhões), pelo aumento nos Impostos sobre o lucro a recuperar (de R\$76 milhões para R\$117 milhões) e pelo aumento dos Depósitos judiciais de curto prazo (de R\$20 milhões para R\$25 milhões).

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$6.882 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo aumento no Ativo financeiro de concessão das controladas CEMAR e CELPA (de R\$1.566 milhões para R\$2.229 milhões) e pelo aumento dos Instrumentos financeiros derivativos de longo prazo (de R\$9 milhões para 274 milhões).

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.153 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 1%. Os Diretores da Companhia entendem praticamente não houve variação desta conta entre os exercícios.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$4.670 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento dos Valores a pagar da recuperação judicial na controlada CELPA (de R\$256 milhões para R\$996 milhões).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$3.446 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 23%. Os

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas (de R\$894 milhões para R\$1.517 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016*

	Consolidado		Variação
	30/06/2017	30/06/2016	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	269.947	225.377	20%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(46.303)	(207.845)	-78%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(247.699)	2.691	-9305%

Atividades Operacionais**Ajustes não caixa**

Aumento nas variações monetárias em decorrência do aumento do dólar em 1,5% nos encargos da dívida em virtude das novas captações realizadas no período, variando de R\$53 milhões negativos em 30 de junho de 2016 para R\$266 milhões positivos em 30 de junho de 2017.

Aumento na provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos em decorrência dos valores baixados como perdas R\$120 milhões, o que fez com que a conta variasse de R\$85 milhões negativos em 30 de junho de 2016 comparados a R\$167 milhões positivos em 30 de junho de 2017.

Variações ativos e passivos*Contas a Receber de Clientes*

A melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas impactaram esta conta negativamente em R\$19 milhões em 30 de junho de 2016 comparados a R\$91 milhões positivos em 30 de junho de 2017. O maior impacto destas variações decorre da controlada CELPA.

Fornecedores

Na linha de Fornecedores, pela liquidação de compra de combustível fornecedor Petrobras que tem seu repasse atrelado ao recebimento do reembolso CCC, além dos pagamentos a diversos fornecedores com programação de desembolso em 2016, sendo realizado somente em 2017. Com isto, a conta de Fornecedores passou de R\$167 milhões em 30 de junho de 2016 para R\$72 milhões em 30 de junho de 2017.

Atividades de Investimento

Principal variação relativa aos gastos com aquisição de ativos intangíveis nas controladas CEMAR e CELPA no montante de R\$541 milhões em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição das Controladas CEMAR e CELPA, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais as emissões das debêntures da controlada CELPA no montante de R\$960 milhões bem como a 7ª emissão da controlada CEMAR no montante de R\$270 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015*

(Em R\$ Mil, com exceção do %)	No exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2016	2015	Variação
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	612.282	197.712	-48%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de investimento	(689.009)	(963.587)	-26%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de financiamento	599.645	(116.357)	-615%

Atividades Operacionais**Ajustes não caixa:**

Redução nos encargos da dívida, variações monetárias líquidas e nos instrumentos financeiros derivativos em virtude principalmente da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo período de 2015.

Outro fator ocorrido apenas em 2015 foi o ajuste a valor presente no montante de R\$395.292 na controlada CELPA que passou a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial.

Houve ainda a redução na linha de Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros nas controladas CEMAR e CELPA em decorrência do reajuste tarifário anual.

Atividades de Investimento

A variação principal é resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (fundos de investimentos) para equivalente de caixa (CDB).

Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais as emissões das debêntures da controlada CELPA no montante de 960.000 bem como a 7ª emissão da controlada CEMAR no montante de R\$270.000.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014***No exercício social findo em 31 de dezembro de**

(Em R\$ Mil, com exceção do %)	2015	2014	Variação
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	1.197.712	(26.776)	4373%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(963.587)	(1.028.914)	-6%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(116.357)	931.541	-112%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.198 milhões para R\$27 milhões, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente: (i) do aumento nos encargos da dívida, juros, variações monetárias e cambiais líquidas em virtude principalmente da alta do dólar de 47% em 2015 contra 13% no mesmo período de 2014; (ii) do aumento na linha de Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros nas controladas CEMAR e CELPA em decorrência do reajuste tarifário anual de maior custo de compra de energia que estava sendo incorrido ao longo de 2014 e passou a ser compensado desde o final de 2014 e durante o ano de 2015.

Atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos foi de R\$964 milhões para R\$1.029 milhões, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente com (i) as aquisições no ativo intangível.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos foi de R\$116 milhões para um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos foi de R\$931 milhões, nos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente: (i) as amortizações de empréstimos e financiamentos de suas controladas CEMAR e CELPA; (ii) Dividendos e juros sobre capital próprio pagos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da CEMAR e da CELPA.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Perdas de Energia

As distribuidoras CEMAR e CELPA sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Incentivos Fiscais

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Na CELPA tal incentivo foi obtido através da declaração 013/2013, emitida pela SUDAM, em 20 de dezembro de 2013. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou 141 Municípios do Estado do Pará como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas. Dessa forma, a CELPA vem utilizando o incentivo para todos os 141 elencados nessa portaria.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Suspensão do PIS e da COFINS

Em 16 de abril de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Ato Declaratório Executivo nº 14 de 1º de abril de 2015 homologando à CELPA o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos.

Em 04 de agosto de 2017 houve a publicação no DOU dos Atos Declaratórios da Receita Federal que homologaram às Equatoriais Transmissoras SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos, a encerrar em 03 de agosto de 2022.

A Equatorial Transmissora 8 SPE SA teve o benefício homologado por meio do Despacho Decisório nº 358, de 19 de setembro de 2017, encaminhado para publicação no Diário Oficial da União – DOU, tendo sua vigência garantida por 5 anos a contar da data de publicação do Ato Declaratório Executivo correspondente no DOU:

SPE	Ato Declaratório Executivo
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	ADE DRF/BSB nº 59, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 2 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 56, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 3 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 58, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 4 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 64, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 5 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 60, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 6 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 61, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 7 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 57, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 8 SPE SA	Despacho Decisório nº 358, de 19 de setembro de 2017

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O Contrato de Concessão CELPA de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

I. CEMAR:

A receita operacional líquida da CEMAR, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, atingiu R\$1.511 milhões, crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao final de agosto de 2016, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 8,24%. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2016 a 27 de agosto de 2017.

A receita operacional líquida da CEMAR no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$3.065 milhões, com aumento de 12%, se comparado com R\$2.739 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Ao final de agosto de 2015, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 18,42%, sendo 12,40% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,03% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2016.

Ao final de agosto de 2014, a Emissora passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 24,12%, sendo 19,02% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,10% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

II. CELPA:

A receita operacional líquida da CELPA, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, atingiu R\$2.263 milhões, crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2016, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,55%. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2016 a 06 de agosto de 2017.

A receita operacional líquida da CELPA no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$4.513 milhões, com aumento de 8%, se comparado com a receita operacional de R\$4.187 milhões de 2015. O crescimento no volume de energia vendida foi de 3,4%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida somou R\$4.187 milhões, crescimento de 5,0%, comparado ao exercício social de 31 de dezembro de 2014 que apresentou receita operacional líquida de R\$3.987 milhões.

Em agosto de 2015, a CELPA passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,47%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -4,61% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 07 de agosto 2015 a 06 de agosto de 2016.

Em agosto de 2014, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 35,93%, sendo 26,14% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 9,79% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A companhia possui 2,67% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Companhia possui 14,4% de seu endividamento atrelado a TJLP.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR e CELPA. A Equatorial possui 22,15% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 22,29% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- SELIC: A Companhia possui 10,86% de seu endividamento atrelado à SELIC.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

c) eventos ou operações não usuais.

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2017

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1- Presentation of Financial Statements*).

2016

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1- Presentation of Financial Statements*).

2015

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1- Presentation of Financial Statements*).

2014

A Diretoria em atendimento ao OCPC08 – Contabilização dos ativos e passivos regulatórios onde assegura o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tinham sido recuperados ou devolvidos, gerando um impacto no resultado da Companhia de R\$685.690 mil.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência.

De acordo com o OCPC 08, os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

não tem natureza de mudança política contábil, mas, sim, de uma nova situação. Nesse caso, esses ativos e passivos foram registrados apenas de maneira prospectiva, e com isso, em 31 de dezembro de 2014 o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$686 milhões.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e nas informações trimestrais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e nas informações trimestrais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. - Políticas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A seguir estão listadas apenas as estimativas determinadas pela Administração da Equatorial como mais importantes com base em seu julgamento e na probabilidade de impacto relevante, caso outras estimativas fossem utilizadas em seu lugar. Há outras estimativas e julgamentos que são efetuados, porém para o impacto da alteração ou substituição destas não são esperadas alterações relevantes para as demonstrações financeiras da Equatorial.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

As políticas contábeis que podem ter impacto relevante, estão descritas a seguir:

Registro das operações de fornecimento de energia elétrica

As receitas das operações nas controladas da Companhia (CEMAR e CELPA) são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia.

Devido a complexidade na captura, processamento e registro das transações, bem como a alta dependência dos sistemas de tecnologia envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia consideramos esse assunto significativo.

Ativos financeiros da concessão

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão para as controladas da Companhia (CEMAR e CELPA), por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão, amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível pelas controladas.

Decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pelas controladas. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Devido à relevância, complexidade e julgamento utilizados para a mensuração do ativo financeiro da concessão, a Administração da Companhia avalia esta política contábil como crítica.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como ré em ações de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação, portanto, há um julgamento que envolve a mensuração do passivo, onde um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou no agregado, pode ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Considerando à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que pode impactar o valor e divulgações desses passivos nas demonstrações financeiras avaliamos esta política contábil como crítica.

Plano de recuperação judicial (CELPA)

A controlada CELPA ajuizou pedido de recuperação judicial em 2012, com a finalidade de permitir a continuidade da sua atividade econômica. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores. Em dezembro de 2014 o juiz da 13ª. Vara Cível e Empresarial de Belém/PA decretou por encerrada a recuperação judicial da CELPA, com base no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público. Porém a referida decisão não transitou em julgado, tendo em vista a interposição de Recursos que ainda restam pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça. O plano de recuperação judicial possui efeito legal e as obrigações nele estabelecidas devem ser atendidas pela CELPA e por todos os seus credores. A liquidação da dívida da CELPA deve ser plenamente atendida em função de potenciais sanções dos órgãos reguladores, com prazo previsto para encerramento em 2034.

Considerando a complexidade das condições legais do plano de recuperação judicial e ao alongamento das dívidas da CELPA, a relevância dos impactos e divulgações nas demonstrações financeiras e aos julgamentos envolvidos, a Administração da Companhia determina esta política contábil como crítica.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, e nas informações trimestrais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, e nas informações trimestrais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

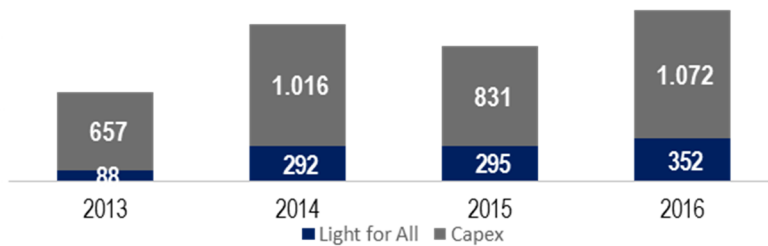
10.8 - Plano de negócios

a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Abaixo, demonstramos o histórico de investimentos de CEMAR e CELPA de maneira consolidada:

Investimentos (R\$ MM)



(ii) fontes de financiamento dos investimentos

I. CEMAR:

A CEMAR financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Banco do Brasil, Itaú, Santander, Eletrobrás, BNDES, IFC e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como debêntures e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através das linhas de RGR e de da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

II. CELPA:

A CELPA financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco da Amazônia, Eletrobrás, BNDES, BID e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como debêntures e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são provenientes de subvenção da CDE, do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da Caixa Econômica Federal e de recursos próprios.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) Novos produtos e serviços**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes referentes a este item foram citadas acima.